

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. RONALDO FONSECA)

Altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para determinar que os custos da utilização do sistema de monitoramento eletrônico sejam transferidos ao investigado, réu ou apenado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina que os custos da utilização do sistema de monitoramento eletrônico sejam transferidos ao investigado, réu ou apenado.

Art. 2º O art. 319 do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 319.....

Parágrafo único. Não sendo economicamente hipossuficiente, o investigado ou réu que utilizar o sistema de monitoração eletrônica arcará integralmente com os seus custos.”

Art. 3º. A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 146-E:

“Art. 146-E. Não sendo economicamente hipossuficiente, o apenado que utilizar o sistema de monitoração eletrônica arcará integralmente com os seus custos.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, o sistema de monitoração eletrônica tem sido utilizado com grande sucesso para controlar o investigado ou mesmo o apenado, sem mantê-lo aprisionado e grande ônus econômico para o Estado.

Todavia, como país em desenvolvimento que somos, temos de reconhecer que a quantia despendida com a monitoração no processo penal é ainda cara, onerando muito o Estado, que necessita de verba para as áreas mais sensíveis pelas quais é responsável.

Portanto, ao invés de se destinar essa verba para aqueles que respondem a processo penal ou mesmo para os já condenados, proponho que sejam eles próprios, beneficiários diretos que são das tornozeleiras eletrônicas, que arquem com o seu custo integral.

Aliás, essa é a forma mais correta que o país tem de lidar com essa despesa. Hoje a lei prevê a monitoração eletrônica, mas o que acontece é que os estados-membros raramente dispõem de tornozeleiras suficientes para serem utilizadas pelos presos, justamente em razão do seu custo. O resultado é a letra morta da lei, sem nenhuma eficácia.

Transferindo ao investigado ou réu esse gasto, o uso do sistema de monitoração será ampliado, e quem sabe até barateado no futuro, permitindo maior inclusão de beneficiários.

Pelo exposto, conto com apoio dos ilustres Pares para a conversão desse projeto em lei.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado RONALDO FONSECA